

---

## BRASIL: DE ESTADO DESENVOLVIMENTISTA A ESTADO NEOLIBERAL

SALTORATO, Patrícia<sup>1</sup>  
GRUN, Roberto<sup>2</sup>

**RESUMO:** A história básica da transformação do Estado Brasileiro, nas últimas décadas do século XX, pode ser descrita a partir de um deslocamento de Estado Desenvolvimentista para o Estado Neoliberal, envolvendo a abertura da economia e as privatizações. A alternância entre os mecanismos reguladores da economia, se Estado ou Mercado, que têm norteado os papéis assumidos pelo governo brasileiro, ao longo de sua trajetória histórico-econômica, pode ser observada desde o liberalismo da Velha República (1889 – 1930), passando pelo nacionalismo, protecionismo e intervencionismo presentes no Estado Novo (1930 – 1964) e na Ditadura Militar (1964 – 1984), que inclui o milagre econômico (1968 – 1973), até a germinação do projeto neoliberal a partir da década de 1980, quando os ditames da política monetária internacional que varriam a América Latina (FOXLEY, 2002), passaram a demandar a adoção da política neoliberal no Brasil, concretizada nas privatizações da década de 1990.

**Palavra-Chave:** Neoliberalismo. Keynesianismo. Privatizações. Elites. Globalizações.

### INTRODUÇÃO

A discussão em torno da adoção do mecanismo mais adequado para a regulamentação econômica brasileira, a partir da década de 1990, insere-se num contexto mais amplo, conhecido popularmente com globalização. Porém, diferentemente da América do Norte e da Europa. *Locus* gerador/ exportador da batalha de idéias em torno do modo como os governos deveriam controlar suas economias; se, aderindo aos princípios liberais da disciplina de mercado ou perpetuando as políticas keynesianas de centralização da economia, ainda era anterior a isso. Aqui, a própria disciplina Economia e os Economistas precisaram se estabelecer respectivamente como campo de conhecimento independente, e como agentes autorizados a atuarem junto à sociedade como formadores de opinião, difusores de propostas ou ideologias relativas à linha mais adequada para o desenvolvimento do país (DEZALAY; GARTH, 2002). Apesar disso, (e por isso) a transição brasileira para um Estado Neoliberal acontece à maneira de um processo mimétrico de importação do consenso global.

Para a ilustrar como se deu o processo de transição de um Estado Desenvolvimentista em 1930 para um Estado Neoliberal em 1990, recorro a dois conjuntos de formulações; à perspectiva histórica, centrada na democratização política da década de 1980 e na

---

<sup>1</sup> Doutora em Engenharia de Produção – UFSCar, Professora e Coordenadora do Curso de Administração de Negócios – FFCL.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Sociologia – École des Hautes Études em Sciences Sociales. Professor Doutor do Curso de Engenharia de Produção – UFSCar.

liberalização econômica na década de 1990; e à análise que busca explorar esse processo de transição nas pessoas (elites) que o produzem; através das estratégias da elite de técnicos-políticos, que, com a consolidação de suas posições, passam a agir como agentes legítimos na importação do projeto neoliberal para o Brasil, e da atuação dos institutos liberais, elites empresariais, cujo trabalho na difusão da ideologia neoliberal, difunde sua concepção de mundo entre as demais elites brasileiras, visando ao seu engajamento no mesmo neoliberal.

## **1 DA VELHA REPÚBLICA À REPÚBLICA NEOLIBERAL: DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA**

Até 1930, a política econômica foi marcada pela ausência de esforços deliberados para promover o desenvolvimento industrial. O foco era estabilidade monetária, o equilíbrio orçamentário do governo federal e a defesa dos interesses do setor agroexportador, em especial os do café. Embora essas políticas tenham favorecido o surgimento de várias unidades fabris, isso ocorreu de forma indireta, não intencional.

A crise de 1929 deixou claro o esgotamento do modelo agroexportador e a urgência de redefinir a política econômica e o papel do Estado nesse processo. Ainda que líder, o setor agroexportador atinha agora que conviver com o emergente grupo ligado às atividades urbano-industriais. Tal correlação de forças foi determinante para a reformulação das políticas econômicas que passaram a contemplar as demandas da nova classe. A esse quadro vem acrescentar-se a crise da superprodução de café, resultante das ações protecionistas anteriores e agravada pela retração do mercado externo na Grande Depressão, debilitando o poder da política “café com leite”, hegemônica durante a República Velha (1889 – 1930) e desautorizando o dogma liberal do não intervencionismo estatal. Desde então, os destinos do Brasil foram traçados pela ascensão do Estado Desenvolvimentista ou do Bem Estar, cuja concepção via, no Estado, a grande alavanca do progresso econômico social do país, com a adoção das políticas keynsianas aplicadas em diversas partes do mundo a partir de 1930.

Ao longo de sua existência, a estratégia desenvolvimentista se apoiara na substituição das importações e implantação da infra-estrutura, estratégica nos setores do aço, da energia e do petróleo para fazer a transição de um país essencialmente agrário para um industrial, com extrema dependência do capital externo. Desde 1930, esse crescimento esteve calcado na articulação do clássico tripé capital privado nacional/capital estatal/capital estrangeiro, cabendo a cada um deles relativa especialização: o capital estatal concentrou-se nas áreas de infra-estrutura e insumos básicos; o capital nacional convergiu para as áreas agrícola, bancária

---

e comercial e as indústrias “leves”; e o capital estrangeiro manteve-se centrado em bens de consumo com maior conteúdo tecnológico (SIFFERT, 1998).

O período de expansão da economia brasileira (1968 – 1973), que se iniciou com Médici na presidência, chamado de milagre econômico, baseou-se na abertura externa da economia brasileira, na expansão do sistema de crédito, na atuação das empresas estatais, no endividamento externo e na reconcentração da renda nacional.

A abertura da economia brasileira deu-se tanto em termos do aumento das exportações e importações como nos investimentos estrangeiros no país através das multinacionais. Os governos militares ofereceram condições extremamente vantajosas para a instalação de multinacionais como, por exemplo, a concessão de créditos e a liberdade para remeter para suas matrizes, no exterior, os lucros gerados no país. Foram tantas as empresas multinacionais a se instalarem no país, nesse período, que o Brasil ficou conhecido como o paraíso das multinacionais (SADER; GENTILI, 1995). Essas empresas atuaram nos setores mais lucrativos da nossa economia, com a fabricação de produtos farmacêuticos, eletro-eletrônicos, mecânico, metalúrgico e automobilístico, sendo exatamente esses setores os que mais se desenvolveram durante o milagre econômico. Para as indústrias nacionais, ficaram apenas os setores de menor lucratividade como o de calçados, tecidos e alimentos.

A entrada maciça das multinacionais provocou a falência de inúmeras empresas que não conseguiram competir com aquelas. Dessa forma, as multinacionais passaram a dominar a economia brasileira, sendo as maiores beneficiadas com o milagre econômico (GENTILI; SILVA, 1994).

Outro fator do desenvolvimento econômico foi à expansão do sistema de crédito, que deu condições para que a classe média pudesse adquirir os bens produzidos pelas indústrias, mesmo que ficasse endividada durante anos.

E a criação de inúmeras empresas estatais foi outro pilar do desenvolvimento. Essas empresas atuaram em setores que exigiam uma grande aplicação de capital, produzindo aço, energia, minérios e outros produtos básicos para a industrialização. As grandes obras desse período, como a usina de Itaipu, a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e outras, empregavam milhares de trabalhadores e davam a impressão de que o Brasil estava indo bem. Porém, para realizar essas obras, o governo brasileiro recorreu a enormes empréstimos de bancos estrangeiros, contribuindo para aumentar a dívida externa e a dependência em relação aos banqueiros internacionais.

Mas, se até a década de 1970, o financiamento externo praticado pelo Estado Desenvolvimentista, para um desenvolvimento capitalista pujante, fora à estratégia adotada; a

partir desta década e durante a próxima, ela se tornou o cerne da crise, dada a incapacidade de cumprir seus pagamentos.

A crise da dívida externa de 1970, intensificada na década de 1980, a intermitente inflação dessas décadas, a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética acompanhada pela descrença na planificação econômica, a ascensão conjunta das políticas econômicas de Ronald Reagan e Margareth Thatcher e a Guerra Fria fizeram com que, num cenário globalizado, hegemônico pelos Estados Unidos e Inglaterra, os princípios da doutrina neoliberal, antiintervencionista e privatizante, chegassem à América Latina e ao Brasil, freando as políticas de desenvolvimento até conhecidas e praticadas.

Essa crise e as medidas paliativas para sua rolagem, acabaram criando uma complexa crise política, unindo a coalizão desenvolvimentista, a elite empresarial e dirigentes e empregados das estatais, numa oposição ao Governo que culminou na campanha das Diretas Já. Apesar do regime militar ter derrotado a proposta do Congresso de eleições diretas, a eleição esmagadora no Colégio Eleitoral de um presidente civil, Tancredo Neves, indicava os novos rumos para o projeto nacional. José Sarney assimilou algumas medidas desenvolvimentistas e, no fim da década de 1980, aprovou a Constituição de 1988 que, em pleno processo de mundialização da ideologia liberal, ampliava as restrições ao capital estrangeiro, dava às empresas estatais mais espaço para suas atividades, controlava o mercado, e beneficiava os trabalhadores em relação à estabilidade e à aposentadoria.

Entre as determinações da Constituição de 1988, destaca-se a garantia de direitos políticos e sociais, implantações das atribuições do Poder Legislativo com conseqüente limitação do Poder Executivo e a fixação do mandato presidencial para um prazo de cinco anos, tendo sido realizado em 1993, no país um plebiscito para determinar a forma de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo). Nas questões trabalhistas, a nova Constituição registrou várias conquistas, entre as quais é importante destacar as seguintes:

- I. A jornada semanal de trabalho que era de 48 horas semanais foi reduzida para 44 horas, sendo que as horas extras deveriam ser pagas com acréscimo mínimo de 50%;
- II. O trabalhador demitido tem direito a receber indenização, cujo valor deve corresponder a 40% do seu Fundo de Garantia (FGTS).
- III. Ao sair de férias, o empregado tem direito a receber um abono equivalente a 33% do seu salário;
- IV. O direito de greve foi estendido a todos os trabalhadores;

V. A mulher trabalhadora tem direito à licença maternidade de 120 dias (antes era de 90 dias) e foi instituída a licença paternidade, fixada provisoriamente em 54 dias, mas que hoje limita-se a 5 dias corridos;

VI. Os aposentados têm direito de receber 13º salário e seus ganhos devem ser reajustados da mesma forma que o salário dos trabalhadores em atividade, sendo que nenhuma aposentadoria pode ser menor que um salário mínimo.

Dessa forma, o Estado deixava claro que continuaria a proteger o mercado interno. Mas, apesar de todas essas conquistas, a situação econômica da classe trabalhadora e da população em geral era muito difícil neste período, em função da alta inflação existente no país e o dinamismo que tinha permitido ao Brasil ter uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo, esvaíra-se. As taxas de investimentos caíram drasticamente, cessou a entrada de capital estrangeiro e o Estado perdeu sua capacidade de investir (SALLUM, 1987). Daí em diante, a elite empresarial começou a mobilizar-se para controlar as ações do Estado orientando-se pelas concepções neoliberais que vinham sendo difundidas, desde os anos de 1970, pelas instituições econômicas, por *think tanks* e governos dos países centrais.

Dessa maneira, a elite econômica passou a confrontar o intervencionismo do Estado, exigindo desregulamentação, melhor acolhida para o capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Assim, embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemônico nos anos de 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980. Entretanto, mesmo que a retórica liberal tenha sido absorvida pelos meios de comunicação e tenha se difundido entre as camadas médias da população, isso ocorreu em menor proporção na elite política, entre os trabalhadores organizados e servidores públicos, que continuaram a defender os ideais de “propriedade nacional” e “regulação estatal” (ANDERSON, 1995).

A vitória de Fernando Collor de Mello, político identificado com o neoliberalismo, nas eleições presidenciais de 1989, tornou-se o marco divisório entre dois momentos da transição política brasileira, quais sejam, o período em que predominou a democratização política e o que teve como seu impulso básico a liberalização econômica.

Durante o período Collor, as licenças e as barreiras não tarifárias à importação foram suspensas e as tarifárias alfandegárias foram redefinidas, criando-se um programa para sua redução progressiva ao longo de quatro anos. Ao mesmo tempo, programou-se a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização das companhias estatais que não estivessem protegidas pela Constituição, a fim de recuperar as finanças públicas e reduzir

aos poucos o papel do Estado no incentivo à indústria doméstica e instituindo-se o Mercosul (1991), com vistas a ampliar o mercado para os produtos domésticos de seus participantes.

Essas medidas significavam o descarte da estratégia anterior de desenvolvimento, vigente plenamente até o início dos anos de 1980, cuja pretensão era usar o Estado como escudo protetor ante a competição externa e como alavanca do desenvolvimento industrial e da empresa privada nacional. Essa reorientação, embora sintonizada com as novas inclinações liberais do empresariado local e com as ideológicas dominantes no plano internacional, foi insuficiente para soldar um novo pacto político e num contexto político muito perturbado, Fernando Collor foi acusado de ser o chefe oculto de um esquema governamental de corrupção. Depois de ser investigado e processado pelo Congresso, renunciou à Presidência da República para evitar o *impeachment*.

A partir de 1995, os novos governantes trataram de eliminar os resíduos do Estado Desenvolvimentista e de construir novas formas de regulamentar o mercado, seguindo um sistema multifacetado de idéias, cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado. As características centrais desse ideário podem ser assim resumidas:

- I. O Estado deveria transferir quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada;
- II. O Estado teria que expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais;
- III. As finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos;
- IV. Haveria também restrições aos privilégios existentes entre os servidores públicos;
- V. O país deveria intensificar sua articulação com a economia mundial, embora dando prioridade ao Mercosul e às relações com os demais países sul-americanos.

Esse conjunto básico de idéias liberais materializou-se em iniciativas que mudaram drasticamente as relações anteriores entre o Mercado e o Estado. O alvo central dessas políticas era solapar alguns dos fundamentos legais do Estado nacional-desenvolvimentista, em parte assegurados pela Constituição de 1988, e diminuir a participação do Estado nas atividades econômicas. Neste ponto, o governo FHC foi bem-sucedido, já que os projetos de reforma constitucional e infraconstitucional submetidos ao Congresso foram quase todos aprovados, entre os quais se destacaram:

- I. O fim da discriminação constitucional ao capital estrangeiro;
- II. A exploração, o refino e o transporte de petróleo e gás, monopolizados pela companhia estatal de petróleo (Petrobrás), foram transferidos para a União e convertidos em

---

concessão do Estado às empresas, principalmente a estatal, que manteve grandes vantagens em relação a outras concessionárias privadas;

III. O Estado foi autorizado a conceder os direitos de exploração dos serviços de telecomunicação (telefonia fixa e celular, exploração de satélites etc.) a companhias privadas (anteriormente as empresas públicas tinham o monopólio dos serviços).

Além de promover esse conjunto de reformas constitucionais, o governo FHC não só estimulou o Congresso a aprovar a lei complementar que regulava as concessões de serviços públicos à iniciativa privada, autorizada pela Constituição (eletricidade, estradas, ferrovias etc.), mas também conseguiu a aprovação de uma lei de proteção aos direitos de propriedade industrial e intelectual, tal como recomendado pela OMC e, ainda, efetuou um enorme programa de privatizações e venda de concessões, preservando o programa de abertura comercial já implementado. De forma similar, os governos dos estados realizaram programas de privatização e concessões, mas em menor escala (SALLUM, 2003).

Entretanto, a transformação mais distintiva ocorrida na relação Estado/Economia foi o fato das empresas estatais terem deixado de ser os suportes da gestão econômica governamental. Além da maioria das estatais ter sido privatizada, algumas áreas antes atendidas pela administração direta do Estado passaram aos cuidados de empresas privadas (manutenção de estradas de rodagem, por exemplo). A diminuição drástica das funções empresariais do Estado não eliminou o intervencionismo estatal, mas o modificou profundamente. O Estado expandiu suas funções normativas e de controle por meio de agências reguladoras setoriais (telecomunicações, eletricidade, petróleo e gás, por exemplo) e manteve grande parte de sua capacidade de moldar a atividade econômica pelo financiamento de longo prazo às empresas privadas e pela compra de bens e serviços.

A vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002, não representou qualquer ruptura na hegemonia liberal estabelecida anos atrás, mantendo uma agenda liberal-desenvolvimentista tentando sugerir com isso que, havia uma diferença qualitativa da política adotada em relação à anterior, o que não se vislumbra na sua gestão macroeconômica, dependente do capital financeiro.

Dessa forma, o conjunto de reformas liberalizantes efetuadas nos anos de 1990 definiu o quadro institucional básico que tem regulado as relações entre o Estado e o mercado e entre o sistema econômico nacional e o capitalismo mundial no começo do século XXI. É apoiado nesse quadro institucional que se desenvolve o debate em torno da privatização dos serviços de utilidade pública a partir da segunda metade da década de 1990, cuja implementação teve o

apoio político de uma coalizão de diferentes grupos de beneficiários do setor privado e de forças políticas que competiam dentro do sistema político.

## **2 A ELITE TÉCNICOS-POLÍTICOS E SUAS ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS**

Segundo Dezalay; Garth (2002), as razões apresentadas para a mudança ocorrida na América Latina entre as décadas de 1960 até o ano 2000, em torno do eixo desenvolvimentista-neoliberal são contraditórias; enquanto uma corrente afirma trata-se de uma imposição do FMI e do Banco Mundial ancoradas na agenda política de Reagan; uma segunda encontrada nas Ciências Sociais e estudos jornalísticos recentes sustenta que a “preferência das elites” simplesmente mudou, preferindo agora, um Estado “neoliberal” em vez de um Estado “pesado”.

Para a investigação dessa hipótese, eles empregam dois instrumentos analíticos. O primeiro deles é o conceito da estratégia internacional que se refere à forma pela qual, indivíduos usam capital internacional – títulos universitários, conhecimento técnico, contatos, recursos, prestígio e legitimidade obtidos no exterior – para construir suas carreiras em seus países, importando ou naturalizando em seus países natais as ideologias aprendidas no exterior. As estratégias seriam implementadas, particularmente, através do que Bourdieu (1996) chama de guerras palacianas, segundo instrumento analítico, que diz respeito a lutas, não apenas pelo controle do Estado, mas também pelos valores relativos dos indivíduos e dos conhecimentos que dão forma e direção ao Estado.

Desde 1960, as guerras palacianas na América Latina seriam cada vez mais desenvolvidas em termos de estratégias internacionais. Como resultado disso, tem-se que a maior parte dos países latinos americanos é hoje governada pelos “técnicos-políticos” que combinam conhecimento técnico sofisticado, apoiado na legitimidade da matemática com sensibilidade política.

Incluem-se nesse perfil, Pedro Malan (ex-Ministro da Fazenda), Armínio Fraga (ex-Presidente do Banco Central), Pérsio Arida (ex-Presidente Central e BNDES), Gustavo Franco (ex-Presidente do Banco Central), André Lara Rezende (ex-Presidente do BNDES), Elena Landau (ex-Diretora dos Processos de Privatização), Francisco Lopes (ex-Presidente Banco Central), Winston Fritch (ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda), Pedro Bodin (ex-Diretor do Banco Central e Gestor do fundo do ex-banco Itaú), Edmar Bacha (ex-Presidente da Associação Nacional de Bancos de Investimentos), Marcos Lisboa (ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda), todos dos ex-alunos e

---

ex-professores do curso de economia da PUC-Rio, que tiveram papel decisivo na história recente do país, da gestação do Plano Cruzado ao susto do Plano Collor, da estabilidade do plano Real estendendo-se até o governo de Lula, que seguindo a mesma linha convidou os economistas Afonso Sant' Anna Bevilaqua e Eduardo Loyo, dois “ortodoxos economistas da PUC”, para o alto escalão do governo.

Grande parte dos economistas acima ainda se encontram enredados em relacionamentos que incluem desde amizades cultivadas nos tempos da PUC ou pelas passagens no BNDES e Banco Central passando pelo matrimônio até negócios em comum, o que em muito contribuiu para aumentar as críticas desferidas contra os processos e privatização no Brasil.

Pedro Malan é o representante do que se convencionou chamar de “escola de pensamento da PUC”, que prioriza a estabilidade fiscal, a cambial e a monetária como pressupostos para o crescimento econômico, representante emblemático do pensamento neoliberal no Brasil e da elite de técnicos-políticos formados em águas americanas, sendo o Ministro da Fazenda mais longo no cargo na história da República. Como a Economia ainda era uma disciplina relativamente nova na América Latina, sua geração teve que investir fora do país, retornar, tomar um departamento de Economia e alinhá-lo com o global emergente. Eles usaram a economia americana e a legitimidade da matemática contra o Estado forte e as políticas promotoras de inflação de Delfim Neto nos anos 1970. Mais ainda a crise da dívida viria fortalecer a posição desse grupo, melhorando suas posições domésticas, ao negociarem a dívida com seus colegas, apoiando-se em seu conhecimento de inglês, sua economia técnica, suas conexões com a comunidade dos economistas nos EUA e nas simpatias angariadas na academia norte americana. A integração do mercado de conhecimento técnico em Economia tem crescido desde então, quando uma experiência profissional acompanhada de um diploma americano, passou a ser sinônimos de credibilidade profissional, tendo como consequência direta disso, o número considerável de latino-americanos ensinando ou estudando nas universidades norte-americanas, assim como muitos outros com passagens pela FMI ou Banco Mundial.

“Uma característica importante do curso de Economia da PUC é o fato de os alunos serem fortemente estimulados a complementar seus conhecimentos acadêmicos nas melhores universidades do mundo”, declarou Winston Fritsch, ex-decano do Centro de Ciências Sociais da PUC: “O departamento se esforça em mandar alunos para universidades européias e americanas para depois pegá-los de volta”.

A utilização dessas estratégias internacionais executadas em guerras palacianas leva a tamanhas transformações profissionais ou institucionais, a ponto das idéias de dominância ou dependência passarem despercebidas e invisíveis, tornando-se naturalizadas. A chave para a transformação institucional e para a institucionalização das mudanças é o paralelismo estrutural (DEZALAY; GARTH, 2002) entre os países exportadores e importadores, que faz com que, as exportações nem sejam vistas como tal, tornando-se impossível dizer se a fonte de mudança era local ou vinha de outro lugar. Essa dinâmica envolve o esforço dos técnicos-políticos que, no Brasil, representados pela elite de economistas oriunda da PUC-Rio, através de suas estratégias internacionais e guerras palacianas naturalizou suas preferências pela ideologia neoliberal, desalojando o Estado Desenvolvimentista.

### **3 A ELITE EMPRESARIAL E OS INSTINTOS LIBERAIS**

A análise do processo de transformação do Estado Brasileiro nas pessoas que o produzem, também pode ser observado na forma como operam as elites empresariais que compõem os Institutos Liberais, organizações que surgiram ou se fortaleceram à época da Assembléia Nacional Constituinte para fazer frente aos movimentos populares nela representados – Partido dos Trabalhadores, sindicatos, burocracias e elites civis e militares desenvolvimentistas – difundidos os princípios neoliberais.

Sustentados por grandes grupos econômicos, esses Institutos desenvolvem um trabalho de dupla natureza: doutrinação ideológica entre as elites brasileiras, especialmente aqueles segmentos considerados formadores de opinião e formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho privatizante, sobretudo no que se refere às funções sociais do Estado (GROSS, 2003).

Na década de 1990 descortinou-se um cenário de luta por um projeto hegemônico da burguesia, em contraposição a outros projetos e propostas relativos à linha mais adequada para o desenvolvimento do país, representando um desafio e uma oportunidade, únicos para empreender o esforço de construção de uma forma de organização burguesia interessada em difundir uma concepção de mundo que transformasse os preceitos do livre mercado em pensamento dominante.

Esse movimento ideológico que remonta à Sociedade Monte Pèlerin de 1447, quando, pela primeira vez, um grupo de intelectuais, liberados por Frederick Von Hayek reuniram-se para desenvolver uma corrente opositora ao consenso keynesiano crescente, desenvolveu-se através da formação de redes de intelectuais, acadêmicas, políticos, institutos de pesquisa,

---

*think tanks*, publicações e discussão nos meios de comunicação, principalmente nos EUA e Inglaterra, bem como pelo apoio de fundações e empresas dispostas a financiar todas essas instituições, sendo sua existência fundamental para a consolidação do liberalismo, que culminou na vitória de Margareth Thatcher e Ronald Reagan e para a internacionalização do movimento no início dos anos 1980. O elo brasileiro dessa rede é representado pelos Institutos Liberais.

Os recursos para sua manutenção e para o financiamento de suas atividades vêm de doações de empresas associadas como “mantenedoras”, que incluem alguns dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país. Outra parcela vem de convênios, financiamentos e parcerias como *think tanks*, fundações e organizações neoliberais estrangeiras que fazem parte da rede internacional neoliberal (GROSS, 2004). Desde sua criação esses grupos empregam vasta gama de “propaganda” neoliberal na divulgação de seus princípios a públicos selecionados. Alguns delas incluem:

- I. Boletins informativos distribuídos a associados, mídia, universidades entidades empresariais;
- II. Notas curtas sobre suas atividades e das redes internacionais que os mantêm;
- III. Comentários sobre a política nacional e projetos de lei em tramitação no Congresso;
- IV. Publicação de livros de autores fundamentais para a compreensão da doutrina destinados a vendas, palestras, cursos e doações à instituições de ensino e de classe;
- V. Tradução de livros clássicos;
- VI. Publicações brochuras distribuídas gratuitamente;
- VII. Divulgações em mala-direta;
- VIII. Edição da revista Think Thank dirigida aos associados, grandes empresas, imprensa e autoridades;
- IX. Elaboração de cursos ministrados por professores universitários com formação em filosofia, economia e política;
- X. Premiações aos melhores artigos em defesa da causa liberal aos órgãos de imprensa;
- XI. Especial atenção ao campo jurídico dada sua influência no debate da Constituinte, à elite militar, considerada formadora de opinião, e ao meio acadêmico; segundo eles, ainda impregnado de valores marxistas e keynesianos, por meio de cursos, palestras, premiações e publicações de textos de professores.

Os institutos liberais empreendem grandes esforços na abolição de conquistas históricas dos trabalhadores garantidas em lei, como férias, descanso semanal remunerado, FGTS, licença maternidade, 13º salário, entre outros, ao que eles chamam de flexibilização do contrato de trabalho, ou “igualdade entre as partes contratantes na negociação das condições de trabalho sem interferência estatal” (INSTITUTO LIBERAL, 1995). Além disso, eles também pregam a necessidade de alterações profundas nas funções sociais do Estado no que se refere ao fornecimento de saúde, educação e previdência social, pregando a transferência destas funções para a iniciativa privada. Segundo eles, o fornecimento desses serviços pelo governo induz a vários problemas como propensão a fraudes, ineficiência na alocação de recursos, aceleração do processo de deterioração e altos custos. Entre suas respostas, estão:

I. A extinção do Direito do Trabalho e reformulação dos poderes da Justiça do Trabalho, considerados impositivos, intervencionistas, antiquados (CLT/1943 e Constituição/1988) e restritivos nas contratações;

II. A implantação de um sistema de capitalização privada com a canalização dos recursos para o mercado de capitais favorecendo a poupança e a maior eficiência de recursos no longo prazo em substituição ao atual regime previdenciário;

III. A extinção da educação universitária gratuita a ser substituída por financiamentos em forma de bolsa de estudos reembolsáveis ao término dos cursos.

Segundo os Institutos, o papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. Sua principal função deve ser manter a ordem e garantir que as leis cumpridas. A igualdade que os liberais almejam não é a utopia de que todos tenham os mesmos resultados, e sim de que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir os melhores resultados. “a preservação da liberdade individual, o Estado de direito e a economia de mercado são essenciais para que cada indivíduo possa realizar, no limite, suas potencialidades” (INSTITUTO LIBERAL, 1995).

A atuação dos Institutos Liberais na difusão da ideologia promove uma concepção de mundo em defesa de valores de liberdade que associam a sociedade ao livre-mercado que não pode, nem deve ser controlado ou reorganizado, e onde, dada a desigualdade natural entre os homens, políticas que visem à igualdade social devam ser rejeitadas e a interferência do Estado, mínima.

Nesse sentido, os Institutos liberais, em conjunto com outras elites brasileiras, em muito contribuíram na construção do ambiente institucional propício à acolhida do debate e a efetivação das privatizações dos serviços de utilidade pública no Brasil, pois segundo

---

Conaghan; Mallory(1994), assim como nenhuma reforma pode ser introduzida sem alguma autonomia, às pressões dos grupos que vivem de ganhos financeiros, nenhuma reforma pode ter sucesso, sem que se crie ou se apele a uma coalizão de beneficiários, que foi o caso das privatizações. Ainda, segundo os autores, o sucesso/fracasso na implementação das políticas econômicas estão diretamente associados às coalizões efetuadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mundo mudou e com ele, as organizações, as pessoas que as compõem e as que as consomem. As empresas de serviços públicas mudaram de mãos, seguindo a doutrina imposta pela nova agenda neoliberal do Brasil, que mudou seguindo as pregações das “matrizes ideológicas” exportadoras do novo modo de condução da economia mundial.

E foi nesse admirável mundo novo, ancorado na lógica financista, que pode ser observado o episódio do desenvolvimento nacional em que instituições, até então fadadas à perpetuidade, como as estatais, foram privatizadas, denotando como a articulação das elites, consideradas portadoras de autoridade cultural, impuseram o que, segundo seus interesses, seria a linha mais adequada para o desenvolvimento do país, combinando mecanismos institucionais legítimos devidamente alinhavados a ponto de deslocarem a condução da economia ao longo do eixo desenvolvimentista-neoliberal, deixando patente a convergência da sociedade a favor dos direitos individuais em detrimento dos coletivos.

Ainda que isso não signifique que a partir desse momento sempre pensaremos assim, ponderando nossas ações a partir dos desdobramentos mnemônicos deflagrados pela visão de mundo associada ao modelo neoliberal de empresa, isso significa que essa alternativa jaz disponível em nossos esquemas cognitivos e, sempre que necessária, poderá ser acessada sem maiores constrangimentos.

Assim, faz sentido e há espaço, dado o benefício da dúvida para a deflagração de uma guerra cultural, acerca da indefinição da questão: Quem é, afinal o verdadeiro proprietário das empresas (de serviços públicos agora privatizadas), detentores legítimos da redefinição de seus valores e significado; a sociedade que através dos anos e da abnegação dos seus fiéis servidores públicos as construíram ou os acionistas que as desconstruíram e reconstruíram? Ao que tudo indica, por enquanto, na atual economia de mercado em que vivemos, o pêndulo tem oscilado a favor dos mais favorecidos: e nela, pode mais, quem mais consome. Pesquisas futuras poderiam esclarecer se, também nos casos de privatização das universidades públicas,

previdência social, saúde, segurança, ar, água, rios, etc, a mesma chave mnemônica poderá ser ativada, se isso é um cenário de ficção científica ou se é só uma questão de tempo...

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTIL, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BORURDIEU, P. **The State Nobility: elite schools in the field of power**. Standord University, 1996.
- CONAGHAN, C. N.; MALLOY, J. M. **Unsettlinmg statecraft: democracy and neoliberalism in the Central Andes**. Pittsburg: University of Pittsburg, 1994.
- DEZALAY, G.; GARTH, B. G. **The internacionalization of Palace Wars. Lawyers, Economists and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago and London: The University of Chicago, 2002.
- FOXLEY, A. **Experimentos neoliberalistas en América latina**. México: Fónodo de Cultura Econômica, 2002.
- GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GROSS, D. B. **Institutos neoliberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2003. Tese (Doutorado).
- GROSS, D. B. Institutos neoliberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, n. 54, fev. 2004.
- HAYEK, F. **A desestatização do dinheiro**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- SADER, E; GENTILI, P. A. A. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALLUM JÚNIOR, B. **Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 18, n. 52, jun. 2003.
- SALLUM JÚNIOR, B. Porque não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira. In: SOLA, L. (org.). **O estado da transição política e economia na nova república**. São Paulo: Vértice, 1987.
- SIFFERT FILHO, N.; SILVA, C. S. **As grandes empresas nos anos 90: respostas a um cenário de mudanças**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.